

# Acordo Ampla Peruano-Ecuadoriano de Integração Fronteiriça, Desenvolvimento e Vizinhança e povos indígenas no estado do Amazonas no Peru: o caso dos Huambisa e Aguaruna

*Indigenous communities in Amazonas, Peru and the broad peruvian-ecuadorian agreement on border integration, development, and good neighbor relations: the case of the Huambisa and Aguaruna*

Lino Max Santa\*  
Roberto Ramos Santos\*\*

## RESUMO

A cooperação e a integração de países vizinhos para promover a paz e evitar conflito internacional são necessárias ao desenvolvimento dos povos situados em regiões de fronteira. No caso de populações tradicionais, para produzir o efeito esperado de desenvolvimento humano, é indispensável que os acordos firmados entre governos nacionais respeitem o modo particular de vida e sua identidade. O locus desta pesquisa é o estado peruano do Amazonas, onde se localizam os povos indígenas Huambisa e Aguaruna, na fronteira do Peru com o Equador. O objetivo deste artigo é analisar, à luz da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a violação do direito territorial indígena pela execução do Acuerdo Amplio Peruano-Ecuadoriano de Integración Fronteriza, Desarrollo y Vecindad. Os dados da pesquisa mostram que o direito territorial indígena não foi considerado pelo governo do Peru, quando permitiu, sem consulta prévia, às populações indígenas fronteiriças a concessão a tercei-

## ABSTRACT

The cooperation and integration between neighboring countries to promote peace and avoid international conflict are necessary to development of the people located in border regions. In case of traditional populations, for produce the expected effect about the human development, it's indispensable to sign agreements between national governments respect the particular way of life and o identity. The locus of this investigation is the Amazonas state in Peru, where the indigenous people, the Huambisa and the Aguaruna, are located, at the frontier between Peru and Equator. The objective of this article is analyze a violation of the indigenous territorial rights, based on the Convention 169 of International Labor Organization (ILO), by the execution of the Comprehensive Agreement Peru-Ecuador Border Integration, Development and Neighborhood. The results of the investigation show that the indigenous right of territory was not considered by the government of Peru, when it permitted prior consultation without noticing the indigenous populations of the frontier, the con-

---

\*Licenciado em Economia pela Universidade Nacional de Trujillo (Peru) e Mestre em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) | linomaxtserem@gmail.com | (+51) 996-123068

\*\*Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP), professor associado IV da Universidade Federal de Roraima (UFRR) e coordenador do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia (Nupepa) | roberto.ramos@gmail.com | (+55) 95-991129476

ros de suas terras para exploração da mineração de ouro, prata, cobre e zinco, gerando insatisfação e reivindicação por parte dos povos Huambisa e Aguaruna.

**Palavras-chave:** Conflitos. Consulta prévia. Convenção n.º 169. Exploração mineral. Mineração. OIT.

cession of their land for mining exploitation of gold, silver, copper and zinc, generating dissatisfaction for the side of the Huambisa and the Aguaruna people.

**Keywords:** Conflicts. Prior consultation. Convention n° 169. Mineral exploration. Mining. ILO.